

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

**Educação das Relações Étnico-Raciais:**

um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar pesquisas que investigaram, em universidades brasileiras, ações voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). O recorte temporal compreendeu aos anos de 2018 a 2023 e tomou o Estado do Conhecimento (MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021) como proposta metodológica de captação dos trabalhos em um banco de dado de dimensão nacional. Para referendar o presente estudo, recorremos a autores e autoras como: Petrônio Domingues (2007), Nilma Lino Gomes (2017), Silvio Almeida (2019), entre outros/as. Os resultados apontaram que a implementação de ações voltadas para a Educação das Relações Étnico-raciais em universidades no país se destaca pela predominância das políticas de cotas, em conformidade com a Lei 12.711/2012. Por outro lado, identificamos a necessidade da ampliação de estudos sobre a ERER no contexto universitário brasileiro, considerando o baixo quantitativo de estudos captados em um período de cinco anos.

**Palavras-chave:** Educação das relações étnico-raciais; Universidades federais; Ações; Implementação.

**Education of Ethnic-Racial Relations:**

a brief survey of its implementation in Brazilian higher education

**Abstract:** The present article aims to analyze research projects that investigated the actions implemented in Brazilian Universities focused on the Education of Ethnic-Racial Relations (ERER). The time frame comprised the years 2018 to 2023 and took the State-of-the-Art Knowledge (MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021) as a methodological proposal for capturing works in Brazilian databases. To endorse this study, we turned to authors such as: Petrônio Domingues (2007), Nilma Lino Gomes (2017), Silvio Almeida (2019), among others. The results showed that the implementation of actions aimed at the education of ethnic-racial relations in universities in the country stands out due to the predominance of quota policies in accordance with Law 12,711/2012. On the other hand, we highlight the need to expand studies on ERER in the Brazilian university context, considering the low number of studies captured in a period of five years.

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

**Keywords:** Education of ethnic-racial relations; Federal universities; Actions; Implementation

## 1 Introdução

A pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), no ano de 2021, pode apurar que, do total da população brasileira, cerca de 56,1% se autodeclarou negra (preta e parda) sendo que, desse total, 56,9% eram homens e 55,3% mulheres. Já as pessoas que se autodeclararam brancas representam um total de 43%, dos quais 42,2% são homens e 43,8% mulheres. Diante desse cenário, pode-se concluir que mais da metade da população do Brasil é negra.

Ainda nessa perspectiva, cabe ressaltar que a questão da autodeclaração está carregada de subjetividades, além de um processo de resistência de um povo que sempre foi subjugado pela cor da sua pele. Sob essa ótica, Leonardo Athias (2018) reflete que:

A identificação étnico-racial é uma interação social e socialmente construída, está carregada de subjetividade, pois é uma maneira de se perceber e perceber os outros. Trata-se, finalmente, de um fenômeno que é influenciado por diversos fatores, uns ligados à história individual, outros ao contexto da classificação. (ATHIAS, 2018, p. 168)

Sabe-se que, no Brasil, quanto mais retinta a cor da sua pele for, mais suscetível o indivíduo estará a sofrer qualquer tipo de preconceito e/ou discriminação. Nesse entendimento, Nilma Lino Gomes (2005) ressalta que:

[...] vivemos em um país com uma estrutura racista onde a cor da pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória. Além disso, porque o histórico da escravidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e inserção social dos descendentes de africanos em nosso país. (GOMES, 2005, p. 46)

Frente a esses dados, o mesmo estudo do IBGE apontou que as desigualdades sociais no Brasil têm cor ou raça ao revelarem, no tempo e no espaço, a maior vulnerabilidade socioeconômica da população preta, parda e indígena (IBGE, 2022). Por sua vez, a educação tem desempenhado um papel primordial no enfrentamento das desigualdades, sendo amplamente reconhecida como a principal dimensão para acesso às distintas oportunidades nas sociedades democráticas, participando na determinação dos rendimentos do trabalho, do status da ocupação e da mobilidade social (IBGE, 2022). No quesito garantia de acesso ao ensino superior, através do mesmo estudo citado, podemos concluir que:

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

O Censo da Educação Superior 2020, também do INEP, mostrou que entre as 10 áreas específicas de graduação presencial com o maior número de matrículas, as áreas de Pedagogia e de Enfermagem apresentavam as maiores proporções de pretos e pardos, 47,8 (11,6% de pretos e 36,2% de pardos) e 43,7 (8,5% de pretos e 35,2% de pardos), respectivamente. Por sua vez, Medicina, tradicionalmente uma área mais concorrida e cujos profissionais tendem a receber rendimentos muito superiores à área de Educação, por exemplo, tinha somente 25,0% de matriculados pretos ou pardos (3,2% de pretos e 21,8% de pardos). (IBGE, 2022, p. 10)

A partir da Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, as universidades brasileiras têm sido mobilizadas a repensar suas práticas pedagógicas e a adotar ações afirmativas em diversos níveis e naturezas, visando promover uma educação mais plural e inclusiva. A promoção da equidade racial e o combate ao racismo representam desafios significativos dentro do contexto desses espaços.

Nessas instituições, onde a pluralidade de ideias e a difusão do conhecimento científico são aspectos fundamentais, a necessidade de investigar e compreender as ações voltadas para a educação das relações étnico-raciais se torna premente, considerando sua função legal, prevista pelo art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em especial o inciso XII, que estabelece que o ensino deve ser ministrado no Brasil considerando a diversidade étnico-racial do país. O reconhecimento da diversidade étnico-racial é um passo crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em tese, os espaços universitários vêm a ser um reduto de formação de cidadãos e cidadãs críticos e conscientes de sua responsabilidade social.

É importante ressaltar que a promoção da equidade racial não se limita apenas ao ambiente universitário, mas se estende para toda a sociedade. No entanto as universidades desempenham um papel crucial nesse processo, sendo espaços privilegiados para a reflexão, o debate e a implementação de políticas e práticas inclusivas.

De acordo com Silvio Almeida (2019) todas as instituições, dentre as quais a escola, as igrejas e as empresas, têm sua existência e regulação atreladas à estrutura social vigente e serão a materialização desse padrão. “Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2019, p. 47).

É refletindo sobre como imperante o racismo tem sido no ambiente educacional, especialmente o universitário, que neste artigo analisamos, em produções acadêmicas entre 2018 a 2023, iniciativas adotadas ou desafios enfrentados por Instituições de Ensino Superior (IES) para a promoção da equidade racial, fomento de uma educação antirracista e combate ao racismo no ambiente universitário. Assim, ao final, o desejo é de verificar se as pesquisas

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

captadas conseguem responder perguntas como: Que/quais iniciativas são adotadas por essas Instituições de Ensino Superior (IES) para a implementação de uma efetiva Educação das Relações Étnico-Raciais? Essa é a pergunta mobilizadora de uma pesquisa de mestrado em andamento que está sendo realizada no Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Seu principal objetivo é analisar de que forma a Educação das Relações Étnico-Raciais é abordada nos cursos presenciais de licenciatura da Universidade Federal do Espírito Santo, nos campi de Alegre, Goiabeiras e São Mateus.

O que aqui será apresentado é o fruto de um levantamento bibliográfico dessa pesquisa em andamento e que toma como suporte metodológico o Estado do Conhecimento (EC), proposto por Marília Costa Morosini, Lorena Machado do Nascimento e Egeslaine de Nez (2021). Como será mais bem demarcado em seção posterior, o EC permite acesso e melhor delimitação de estudos que se relacionem ao objetivo da pesquisa.

Como aporte teórico, o artigo também agrega discussões provenientes de outra pesquisa de mestrado, defendida em 2021 no mesmo PPGMPE, aliado a uma breve revisão dos principais momentos/fases do Movimento Negro brasileiro e sua luta pela educação formal da população negra. Autoras e autores como Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000), Petrônio Domingues (2007), Nilma Lino Gomes (2017), Silvio Almeida (2019), entre outras/os. O artigo está dividido em quatro partes: na primeira contextualizamos a importância do Movimento Negro organizado como grande mobilizador da legislação em torno da Educação das Relações Étnico-Raciais. Na sequência, apresentamos os procedimentos metodológicos de busca dos trabalhos e uma breve análise dos dados apurados. Na penúltima seção, destacamos o que foi analisado a partir da leitura dos trabalhos. Por fim, lançaremos algumas considerações e reflexões para a continuidade do levantamento durante a pesquisa de mestrado em curso.

## **2 Perspectivas históricas e legais na Educação das Relações Étnico-Raciais**

Não podemos tratar sobre o arcabouço legal que está em torno da Educação das Relações Étnico-Raciais sem destacar o histórico de lutas e resistências do Movimento Negro no Brasil. Desse modo, optamos por abordar essa perspectiva legal a partir de uma breve passagem pelas quatro fases do movimento negro conforme do estudo de Petrônio Domingues, de 2007, intitulado *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*.

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marssartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

O Movimento Negro organizado é uma parte primordial na história de lutas e conquistas da população negra neste país, tempos esses que nos remontam ao período sangrento da escravização dos povos africanos. Sob esse aspecto, Nilma Lino Gomes (2017) afirma que:

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização - com todas as tensões, os desafios e os limites -, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria sido aprendido. E muito do que se produz hoje sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (GOMES, 2017, p. 18)

Mesmo após abolição da escravatura, em 1888, negros e negras, independentemente da sua faixa etária, ainda sofriam com as agruras da discriminação, exclusão e marginalização contínua. O povo negro foi entregue à própria sorte. Esta situação alimentou a necessidade de organização e resistência como forma de enfrentamento às adversidades impostas a essa população.

Com isso, é oportuno aproveitar esse espaço para refutar um mito que até os dias de hoje é disseminado na sociedade brasileira: o da incapacidade de organização da população negra com o propósito de buscar alternativas para seu desenvolvimento. Segundo Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2016, p. 115), “[...] é importante conhecer essa ‘outra história’ para superar uma ideia equivocada que persiste em nossa sociedade de que a comunidade negra sempre foi iletrada, analfabeta e desorganizada”. O histórico dos movimentos que foram se organizando ao longo da história, seja nacionalmente ou em caráter regional pelo país, demonstram o contrário.

Após os primeiros anos pós-abolição da escravatura, o contingente da população negra continuou a ter o direito à educação formal negado pelo Estado Brasileiro. Não havia então uma articulação coletiva para a busca por direitos, nesse cenário em que a própria noção de liberdade ainda não havia sido completamente assimilada, nem pela população negra e nem pela população branca ao final do século XIX. A partir do estudo de Gonçalves e Silva (2000), vemos que as iniciativas educacionais para negros e negras tentadas pelo Estado eram precárias e implementadas com descaso. Após a passagem para o século XX e as mudanças na ordem política nacional e da organização das cidades, passaram a surgir “[...] os primeiros movimentos de protestos negros com um formato de um ator coletivo” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 138). Essas organizações de protesto de negros tiveram origem em diversas regiões do país, com destaque e maior visibilidade àquelas estabelecidas nas capitais e grandes centros urbanos (GONÇALVES; SILVA, 2000).

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

É o que também atesta Domingues (2007), ao caracterizar o que ele chama de Primeira fase, que inicia na Primeira República e segue até o Estado Novo (1889-1937): “[...] os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação” (DOMINGUES, 2007, p. 103). Essas organizações conseguiram reunir, em vários lugares dos países, um quantitativo considerável de negros e negras em prol de um objetivo comum: empreender a batalha contra o “preconceito de cor”.

Progressivamente, essas organizações foram crescendo em força no princípio do século XX, desempenhando diversos papéis na vida de população negra brasileira e tornando-se, inclusive, instâncias educativas. Dentre os objetivos desses grupos estava o aumento da capacidade de ação social contra o racismo para a valorização e avanço da raça negra no país (GONÇALVES; SILVA, 2000). Isso, entre outras formas, ocorria a partir do trabalho destas “[...] como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 139).

Alguns exemplos são notórios, como a Frente Negra Brasileira (FNB). Com um salto significativo no âmbito organizacional, garantindo robustez e caráter político frente às suas reivindicações, ela foi fundada no ano de 1931, na cidade de São Paulo. Superando o número elevado de cerca de 20 mil associados, a FNB assumiu o seguinte perfil:

A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça*. (DOMINGUES, 2007, p. 106)

Percebemos, assim, o caráter educador desse movimento desde sua gênese. Gomes (2017, p. 24) apresenta o Movimento Negro como “[...] um importante ator político que constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira.”

Um dos meios de representatividade negra mais relevantes no início do século XX, em termos educativos e políticos, foram os jornais. Para a pesquisadora, “[...] a imprensa negra rompe com o imaginário racista do final do século XIX e início do século XX que, pautado no ideário do racismo científico, atribuía à população negra o lugar de inferioridade intelectual” (GOMES, 2017, p. 29). O tom desses jornais era “[...] militante e combativo. Os jornais negros

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

buscavam tocar a comunidade negra no âmago” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 140). Esses veículos propagavam ideias acerca da importância da educação para enfrentar a competição profissional com os brancos brasileiros e imigrantes, além de disponibilizarem informações sobre a disponibilidade cursos e escolas (GONÇALVES; SILVA, 2000).

Caracterizada como a segunda fase do Movimento Negro (entre o período de 1945 a 1964) apesar ter ampliado o seu raio de ação, não tinha mais o seu grau de unificação do período anterior. Já na década de 1950, representantes da União de Homens de Cor (UHC) foram recebidos pelo então presidente Getúlio Vargas para iniciar as tratativas sobre as reivindicações da então chamada “população de cor”. Podemos elencar a eleição do deputado federal José Bernardo da Silva, pelo Rio de Janeiro, como um exemplo da notoriedade que a população negra, principalmente os dirigentes da UHC, adquiriram naquela época.

Com o passar do tempo, o posicionamento do Movimento Negro em relação à responsabilidade quanto à educação muda. Diferentemente das iniciativas anteriores, que creditavam à comunidade negra o total encargo de seu desenvolvimento educacional, na década de 1940 o discurso do movimento trata da educação como direito de todos os cidadãos e dever indiscutível do Estado (GONÇALVES; SILVA, 2000).

Tendo Abdias Nascimento como seu principal dirigente, o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 no Rio de Janeiro, pode ser classificado com um dos precursores da criação de uma política antidiscriminatória no país. Essa iniciativa continha, além do ideal primordial da educação, a importância da cultura para libertação do sentimento de inferioridade da população negra infringido pela imersão e sujeição à cultura hegemônica branca eurocêntrica dominante na sociedade (GONÇALVES; SILVA, 2000). O mote principal dessa organização era o de “[...] abrir as portas das artes cênicas brasileiras para atores e atrizes negros” (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 121). Mas a atuação do TEN ultrapassava os limites das artes cênicas e se estabelece como um catalisador de vários anseios sociais, educacionais e políticos dos negros e negras do Brasil. Uma característica desse movimento foi o de buscar nas camadas mais populares os sujeitos que participariam de suas atividades, trabalhando para ser “[...] um fermento provocativo, uma aventura de experimentação criativa, propondo caminhos inéditos ao futuro do negro, ao desenvolvimento da cultura brasileira” (NASCIMENTO, 2016, p. 163).

A intitulada por Domingues (2007) como terceira fase do Movimento Negro, de 1978 a 2000, é caracterizada por um tipo de discurso racial predominantemente contundente, ou seja, adquiriu uma maior firmeza de intenções. Houve, também, a adoção oficial do termo “negro” e, posteriormente também, o “afro-brasileiro” e “afro-descendente”, como forma de

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

autoidentificação pela população negra. Essa fase foi marcada por um maior alinhamento de ações com partidos políticos e sindicatos.

Na década de 1970 havia várias organizações do Movimento Negro, tendo algumas inclusive aplicado seus esforços diretamente ao tema da educação e que passaram a compreender melhor como funcionava a dinâmica da exclusão social e, dessa forma, pensar em estratégias pra combatê-la (GONÇALVES; SILVA, 2000). “Por isso, a luta do Movimento Negro por ações afirmativas no Brasil, no fim do século XX e durante o século XXI, é a luta contra o racismo e pela construção da igualdade e justiça social para as pessoas negras” (GOMES, 2019, p. 226).

Nesse contexto, em 1978, como resposta a atos de discriminação racial e racismo durante o período da ditadura militar, ocorreu a unificação de diversas organizações do Movimento Negro numa iniciativa conjunta (GOMES, 2017), e assim nasceu o Movimento Negro Unificado (MNU), que logo se tornou uma das mais importantes entidades negras do país (MUNANGA; GOMES, 2016). Elegendo as bandeiras da educação e do trabalho como pautas na luta contra o racismo, essa organização teve papel fundamental na formação de quadros intelectuais negros e negras, que impulsionaram pesquisas acadêmicas na temática étnico-racial no Brasil (GOMES, 2017).

É aqui que começamos a perceber as primeiras grandes mobilizações nas universidades brasileiras. Como sendo as responsáveis pela formação docente no Brasil, os estudos impulsionados no campo das Ciências Humanas, especialmente na Educação, História e Sociologia, atuaram como denúncia do racismo operante no livro didático, nas práticas pedagógicas e na socialização de crianças. Tais pesquisas, entre outras coisas, confluíram para o questionamento dos currículos escolares a partir da discussão da importância do estudo da história africana, a denúncia dos estereótipos raciais nos livros didáticos, além de ressaltar a necessidade da formação docente como estratégia na luta contra o racismo na escola. Segundo Gomes (2019), esse conjunto de ações em prol de uma educação democrática, pública, laica e antirracista desenvolvidas por negras e negros, tanto organizados no Movimento Negro quanto em iniciativas autônomas, configuram, há muito tempo, a luta pela descolonização dos currículos escolares. “São sujeitos e conhecimentos que buscam, interpretam, indagam, produzem e fazem a disputa por outras narrativas. Narrativas negras. Narrativas diaspóricas” (GOMES, 2019, p. 244).

Nos anos 1980 houve muita expectativa com relação à promulgação da nova Constituição Federal: Segundo Tatiane Consentino Rodrigues (2015, p. 33) “[...] durante a

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marssartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

Assembleia Nacional Constituinte (ANC), o principal debate em torno da educação foi de que o currículo escolar deveria incluir o negro no Brasil e a história do negro no Continente Africano”. As propostas mais incisivas do Movimento Negro, apesar de terem avançado em algumas comissões na época, ao final foram rechaçadas sob o argumento de que “[...] por tratarem de questões muito particulares deveriam ser abordadas em legislação específica e complementar” (RODRIGUES, 2015, p. 34). Com isso, o texto final da Constituição foi encaminhado para uma perspectiva mais universal, excluindo questões específicas relacionadas à educação da população negra.

As frustrações quanto à falta de avanço de leis específicas, baseadas nas demandas do Movimento Negro, potencializaram outras ações que se mostraram promissoras em mobilizar a sociedade para o dilema racial no país. Uma dessas importantes marcas ocorreu em 1995 com a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo Pela Cidadania e a Vida, no dia 20 de novembro, em Brasília, “[...] como um ato de indignação e protesto contra as condições subumanas em que vive o povo negro brasileiro” (RODRIGUES, 2015, p. 36). Sobre esse evento Gomes (2017, p. 34) observa que:

Como resultado, foi entregue ao presidente da República da época, Fernando Henrique Cardoso, o ‘Programa de superação do racismo e da desigualdade étnico-racial’. Neste, a demanda por ações afirmativas já se fazia presente como a proposição da educação superior e o mercado de trabalho.

Rumando à contemporaneidade, a quarta fase desse movimento (classificada por Domingues), que compreende o ano 2000 até os dias atuais, é caracterizada por uma forte ascensão e valorização da cultura hip-hop, que rompe com o discurso vanguardista do movimento, aderindo à linguagem das periferias. Mais que isso, como ressalta Gomes (2017), essa fase também realça a importância do Movimento Negro organizado como grande educador do Brasil.

É possível dizer que até a década de 1980 a luta do Movimento Negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas da educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas. (GOMES, 2017, p. 33)

Ainda sob a égide de um período transicional, é possível afirmar, de acordo com Domingues (2007, p. 122), que “[...] a trajetória desse movimento vem se caracterizando pelo

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira”.

Na transição da terceira para a quarta fase dois momentos históricos foram marcantes para os rumos que a educação brasileira tomaria na sequência. A primeira foi em 2001, “[...] momento que pode ser compreendido como de confluência de várias reivindicações desse movimento social acumuladas ao longo dos anos” (GOMES, 2017, p. 34). Naquele ano, a participação brasileira no evento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, ficou marcada pelo reconhecimento oficial do Estado brasileiro de práticas racistas institucionalizadas em nosso país e o comprometimento para construir medidas para sua superação (GOMES, 2017). Com isso, nos anos subsequentes, ao intensificarem-se as reivindicações pela efetivação dos compromissos firmados na conferência, além do debate público em torno da questão racial e da atuação do poder público (ARAUJO, 2018), o governo brasileiro passou a empreender algumas ações positivas em relação a essas pautas, como a apresentação de um programa de ação afirmativa. Logo, também, órgãos federais passaram a incluir políticas de cotas raciais na contratação de seus quadros e outras iniciativas nesse sentido começaram a ser adotadas por alguns estados da federação (RODRIGUES, 2015).

O segundo momento é, de certa maneira, decorrente deste. No ano de 2003, no dia 9 de janeiro, foi sancionada a Lei nº 10.639 pelo então (e atual) Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Tal lei alterou a LDB (Lei nº 9.394/1996) com a inserção dos artigos 26-A e 79-B, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo oficial da educação básica, além de incluir o dia 20 de novembro, o “Dia da Consciência Negra”, no calendário escolar. A regulamentação dessa Lei se deu por meio de dois documentos do Conselho Nacional de Educação: o Parecer CNE/CP 03/2004 (BRASIL, 2004a) e a Resolução CNE/CP1/2004 (BRASIL, 2004b), que instituíram as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. A referida alteração na LDB é, até hoje, uma das mais significativas conquistas do Movimento Negro, de organismos da sociedade civil, de educadores/as e de intelectuais com engajamento na luta antirracista na área da educação (GOMES, 2012). Eliane Cavalleiro (2006, p. 19) afirma que foi passo importante “[...] rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e formas conexas de discriminação”. Para Maria de Lourdes Silva (2015, p. 20):

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

A lei nº 10.639/03 rompe com décadas de silêncio, insere na agenda didático-pedagógica brasileira a temática das relações étnico-raciais, estimulando um olhar internalizado mais atento sobre a discriminação racial e suas sutilezas, com vista à superação do racismo no espaço educacional.

Apesar da conquista que representou a promulgação dessa Lei, o percurso para sua efetiva implementação no sistema educacional brasileiro ainda é uma estrada difícil, perpassada por avanços, retrocessos e resistências. A esse respeito, Débora Araujo (2018, p. 431) observa que:

[...] as transformações em curso têm acionado novas reflexões sobre os alcances de uma legislação tão pujante e, ao mesmo tempo, ainda em processo de implementação, demonstrando que, como é inerente à dinâmica da sociedade, nenhuma política educacional atua de modo similar e, muito menos, repercute em resultados homogêneos, ainda mais se embrenhada de resistências e, principalmente, do racismo institucionalizado.

É buscando captar esses movimentos e nuances que este artigo investe em analisar estudos realizados sobre a implementação da EREER em universidades brasileiras, em especial públicas, tendo como balizadores a Lei 10.639/2003 e as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. A seção seguinte apresentará os procedimentos que nos levaram até os seis trabalhos que serão analisados posteriormente.

### **3 Caminhos percorridos na metodologia**

O ponto de partida do levantamento de publicações foi baseado nas etapas do chamado Estado do Conhecimento (EC). Nessa perspectiva, Marília Costa Morosini, Lorena Machado do Nascimento e Egeslaine de Nez (2021) afirmam que “[...] o uso do estado do conhecimento vem crescendo no Brasil, mas apresenta desafios, pois implica num domínio do campo em estudo pelo pesquisador, entendido como conhecimento dos paradigmas que perpassam o tema [...]” (MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p.70).

Ainda nesse sentido, as autoras afirmam que:

A construção do estado do conhecimento, como atividade acadêmica, busca conhecer, sistematizar e analisar a produção do campo científico sobre determinada temática, subsidiar a dissertação e/ou tese em educação, delimitando o tema e ajudando a

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

escolher os caminhos metodológicos e elaborar a produção textual para compor a dissertação/tese. (MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p. 71)

Em suma, a construção do EC perpassa pelas seguintes etapas que, se seguidas com rigor científico, são importantes aliadas na construção do conhecimento e no domínio do objeto da pesquisa: (i) **Bibliografia Anotada**, em que é realizado um levantamento preliminar dos dados e, em seguida, é feita uma leitura flutuante dos artigos selecionados extraindo informações importantes como: ano de publicação, autoria, título da pesquisa e resumo. Dessa, avança-se para a (ii) **Bibliografia Sistematizada**, que corresponde à segunda etapa. Nela, é feita uma organização e sistematização mais apurada com o intuito de iniciar uma seleção mais específica e direcionada dos estudos captados. Nessa etapa alguns trabalhos podem ser descartados a partir da leitura dos resumos e da constatação de que o texto selecionado na etapa anterior não tem aproximação com os objetivos traçados para a pesquisa. A (iii) **Bibliografia Categorizada** é a terceira etapa, na qual efetuamos a categorização dos estudos de acordo com suas afinidades temáticas. Nesse ponto, os descritores/palavras-chave utilizados na investigação podem ou não ser empregados para compor as categorias, proporcionando uma visão mais ampla e estruturada das diferentes abordagens presentes na literatura revisada. Por fim, na (iv) **Bibliografia Propositiva**, que corresponde à quarta etapa, já é possível que o/a autor/a do estudo faça algumas inferências a partir da análise dos resultados e possíveis propostas presentes nos trabalhos analisados na etapa anterior. Nesse estágio, somos capazes de realizar análises mais aprofundadas dos resultados e das possíveis propostas encontradas nos textos revisados nas etapas anteriores e identificar lacunas no conhecimento existente, bem como propor novas abordagens e direções para futuras investigações.

Respeitando o fluxo do processo de construção do Estado do Conhecimento, para este artigo selecionamos, na primeira etapa, as fontes para a busca do material de análise, *a priori* bancos nacionais. Os bancos selecionados foram o Google Acadêmico (*Google Scholar*) e o portal *SciELO*. No entanto, essa segunda plataforma não indicou nenhuma publicação que atendesse aos descritores propostos e, portanto, sua busca não será aqui descrita.

O procedimento de busca dos textos foi feito a partir dos seguintes descritores: “educação das relações étnico-raciais”, “universidades federais”, “ações”, “implementação” que foram acionados em conjunto. A pesquisa foi feita utilizando aspas, para delimitar melhor a busca, e através do operador booleano “AND”, com a finalidade de encontrar documentos contendo todos os termos. Outro critério para a delimitação da busca foi o estabelecimento do marco temporal entre os anos de 2018 a 2023, visto que grande parte dos levantamentos considera os últimos cinco anos. Focar nesse período permite uma análise mais atualizada sobre a temática em questão.

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

Como forma de delimitar ainda mais a área de abrangência no Google Acadêmico (*Google Scholar*), recorreremos ao filtro *pesquisar páginas em português*. Outro filtro utilizado foi *artigos de revisão*, o qual Edna Therezinha Rother (2007) os descreve como uma forma de busca que utiliza fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisas de outros autores e autoras, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado objetivo. Com tais filtros aplicados, a captação da busca apontou inicialmente um total de 13 publicações. No entanto, a partir da leitura dos resumos e de algumas passagens dos textos, foi possível perceber que apenas seis trabalhos realmente relacionavam-se ao tema da pesquisa, por articularem o ensino superior e a EREER. Estes estão assim distribuídos:

**Quadro 01:** *Ano de publicação, título, autores/as*

Ano	Local de Publicação		Tipo	Título	Autores/as
	Região/Estado				
2018	Nordeste/Bahia		Artigo	Políticas de igualdade racial e educação superior: perspectivas e desafios	Matilde Ribeiro
2018	Sul/Paraná		Artigo	Políticas afirmativas na pesquisa educacional	Paulo Vinícius Baptista da Silva e Carolina dos Anjos de Borba
2020	Sudeste/São Paulo		Dissertação	A permanência na universidade de estudantes oriundos das ações afirmativas: uma revisão de escopo	Bianca Casseb Medeiros
2022	Sudeste/São Paulo		Artigo	Escolarização de negras e negros na Amazônia acreana: uma revisão bibliográfica	Jorge Fernandes da Silva e Elizabeth Miranda de Lima.
2022	Nordeste/Bahia		Artigo	História da educação, relações étnico-raciais e formação continuada de professores: desafios e possibilidades	Elenice Silva Ferreira
2022	Sul/Paraná		Artigo	Revisão de literatura sobre ações afirmativas em teses na área da educação (2014-2020)	Larissa Cavalcanti de Albuquerque e Edineide Jezine Mesquita De Araújo

**Fonte:** Elaborado pelos autores/as.

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

A seção seguinte se dedicará a analisar tais pesquisas.

#### **4 Ações implementadas nas universidades federais**

Com a distribuição das publicações acadêmicas ao longo do recorte temporal 2018-2023 em diferentes regiões do país, podemos notar um relativo equilíbrio entre as regiões onde os estudos foram publicados (Nordeste, Sudeste e Sul), sendo cada uma com duas produções (todos artigos, à exceção de uma dissertação).

Em ordem cronológica e seguindo o quadro, descreveremos, brevemente, os principais destaques de cada uma das produções. O primeiro artigo, de autoria de Matilde Ribeiro (2018), apresenta questões sobre o desenvolvimento das políticas de cotas nas universidades públicas e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) como exemplos de avanços nas implementações das políticas de ações afirmativas/igualdade racial. Ribeiro (2018) destaca a necessidade de monitorar e acompanhar essas políticas para garantir sua efetividade além de nos chamar a atenção ao fato de que o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), instituído pela Lei 11.096/2005, contribuiu para a inclusão de estudantes pretos/as, pardos/as e indígenas no ensino superior, promovendo a diversidade e a democratização do acesso à educação.

Para finalizar, a autora destacou o protagonismo internacional do Brasil desempenhando um papel de articulador e mobilizador nas Américas. De acordo com Ribeiro (2018):

Esse papel é exercido, dentre outros motivos, pelo fato de ser o país com a maior quantidade de negros fora do Continente Africano; por possuir um profundo acúmulo teórico e político sobre a existência do racismo e suas implicações negativas para a humanidade; e por possuir um Movimento Negro e organizações de mulheres negras aguerridos e atuantes politicamente. (RIBEIRO, 2018, p. 126)

Ainda nessa linha, Ribeiro (2018) enfatizou a relevância de ações afirmativas, como as cotas nas universidades e programas de inclusão, para promover a diversidade e a democratização do acesso à educação superior, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O segundo artigo de 2018, assinado por Paulo Vinícius Baptista da Silva e Carolina dos Anjos de Borba, propôs análise sobre as ações afirmativas a partir da EREER utilizando o estado da arte para este fim. Como demonstraram Silva e Borba (2018), a introdução dessas políticas nas instituições de ensino superior a partir dos anos 2000 gerou um amplo debate público e um

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

aumento significativo na produção acadêmica sobre o tema, embora tal resultado não tenha sido captado, com tanto êxito, em nossa busca, que se concentrou sobre os anos de 2018 a 2023.

O autor e a autora destacaram também a importância dos movimentos sociais na implementação e monitoramento dessas políticas, ressaltando a necessidade de mais estudos sobre a permanência dos estudantes beneficiados, as mudanças nas universidades e as políticas de acesso para promover a igualdade de oportunidades na educação. Um achado interessante foi a constatação do caso da Faculdade Zumbi dos Palmares, em São Paulo, onde 55% do corpo docente e 80% dos/as discentes se autodeclararam negros/as (em 2010). Por esse motivo, a faculdade é considerada como uma experiência de *faculdade negra* do Brasil (VICENTE; MARTINS, 2011 *apud* SILVA; BORBA, 2018, p. 167). Em suma, Silva e Borba (2018) reconhecem a importância das políticas afirmativas na promoção da igualdade de oportunidades na educação, mas ressaltam a necessidade de aprimoramento e aprofundamento das pesquisas nessa área.

A única dissertação da amostra é de autoria de Bianca Casseb Medeiros (2020) e teve como objetivo investigar as produções científicas sobre os processos de permanência de estudantes universitários/as oriundos/as das ações afirmativas (AA) no Brasil, na perspectiva da literatura, a partir do resgate dos relatos dos estudantes (MEDEIROS, 2020, p. 35). O texto ressalta a importância da implementação de políticas de assistência estudantil, conforme previstas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que visa promover ações para auxiliar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados/as em cursos de graduação em instituições federais de ensino superior.

Além disso, o texto evidencia a importância da elaboração de ações específicas que auxiliem esses/as estudantes (pertencentes a grupos historicamente minoritários) a enfrentarem os desafios que possam surgir durante o percurso acadêmico, levando em consideração suas experiências/expectativas cotidianas e o tempo de permanência na universidade.

A partir da análise temática dos dados, a autora chegou à conclusão que os desafios, potências e significados à permanência na academia, exibindo as formas pelas quais as possibilidades ocupacionais deste público (estudantes oriundos/as das AA), são construídas no contexto universitário.

Assim como no ano de 2019, em 2021 não foi captado nenhum trabalho com temática relacionada ao presente estudo. Os próximos foram de 2022, sendo o primeiro de Jorge Fernandes da Silva e Elizabeth Miranda de Lima. Trata-se de um artigo com o objetivo de apresentar os resultados de uma revisão bibliográfica sobre a escolarização de negras e negros na Amazônia acreana (SILVA; LIMA, 2022, p. 159). Para isso, foram consultados, como fonte de pesquisa, os dados obtidos no Censo Escolar referentes ao ano de 2019 e os dados referentes

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marssartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

aos/as estudantes cotistas ingressantes na Universidade Federal do Acre - UFAC, entre os anos 2013 a 2019. No desenvolvimento da pesquisa foi possível inferir que as dificuldades de acesso e permanência, a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais qualificados e as barreiras socioeconômicas impactam diretamente a trajetória escolar desses/as estudantes.

O autor e a autora também identificaram diversas ações implementadas para promover a inclusão e a valorização da educação de negros e negras na região. Entre as principais ações destacadas estão: “(i) implementação de leis de ações afirmativas [...] (ii) aumento do número de matrículas por meio da reserva de vagas na Universidade Federal do Acre; e (iii) pesquisas sobre trajetórias escolares e profissionais [...] de professoras negras e professores negros no Acre” (SILVA; LIMA, 2022, p. 170). Por fim, Silva e Lima (2022) chamaram a atenção para:

[...] a necessidade de formações de professores capazes de atender o determinante legal, para garantir a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 que obriga o ensino da história e cultura negra nos currículos da educação básica. Sobre a aplicabilidade da Lei 12.711/2012, mais conhecida como lei de cotas constatamos que houve efetiva evolução no número de negros e negras ingressantes em nível superior no Acre, entretanto, essa legislação depende de outras políticas acessórias para garantir o acesso, permanência e a conclusão dos cursos de graduação pela população negra nesse Estado. (SILVA; LIMA, 2022, p. 170)

Também de 2022, o artigo de Elenice Silva Ferreira apresentou um estudo cujo objetivo foi promover discussões acerca da ancestralidade do povo negro e a sua trajetória histórica no Brasil, com vistas à formação continuada do educador (FERREIRA, 2022, p. 47). A pesquisadora discutiu sobre a evidente importância da formação continuada de educadores/as para a efetiva implementação de uma educação que valorize a diversidade étnico-racial, em especial a história e cultura africana, conforme estabelecido pela Lei 10.639/2003. De acordo com Ferreira (2022), várias ações foram implementadas para a formação continuada de professores e professoras com vistas à Educação das Relações Étnico-Raciais:

Nessa direção, algumas universidades brasileiras têm criado espaços de debates acerca das relações étnico-raciais na educação e, por conseguinte, criado programas de formação continuada dos educadores por meio de seus projetos de extensão ou, ainda, propondo a criação de cursos *lato sensu* na área. (FERREIRA, 2022, p. 55)

Nessa perspectiva, vale ressaltar a realização de fóruns estaduais de Educação e Diversidade Étnico-racial em 2004, organizados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com o Movimento Negro, universidades federais e secretarias estaduais de educação. Esses fóruns visavam promover discussões que levassem à construção de projetos político-pedagógicos que apoiassem a ação de docentes e educadores/as.

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

Para concluir, no que diz respeito à formação de profissionais da educação para o enfrentamento as situações cotidianas de racismo e construção de novos conhecimento sobre as relações étnico-raciais no contexto escolar, a autora destacou que se entende que está mais do que tardio o enfrentamento das instituições formadoras dos profissionais da educação nessa luta pela construção de uma cultura de respeito aos diferentes grupos étnicos que se fazem presentes também no interior do espaço escolar (FERREIRA, 2022, p. 63). Por fim, ela acrescentou que é fundamental que a formação continuada seja vista como uma necessidade constante e integrada ao projeto pedagógico das escolas, de modo a transformar as práticas cotidianas dos/as professores/as e promover uma educação que valorize a diversidade e combata o racismo e a discriminação.

O estudo de Larissa Cavalcanti de Albuquerque e Edineide Jezine Mesquita de Araújo (2022) objetivou realizar a revisão literária em teses defendidas na área da educação sobre ações afirmativas, entre os anos 2014-2020, a partir do banco de teses da CAPES.

O artigo destacou a evolução e implementação das políticas de cotas para cursos de graduação no Brasil, com ênfase no pioneirismo do estado do Rio de Janeiro em 2012, por meio da Lei 12.711, que instituiu a reserva de vagas para estudantes pretos/as, pardos/as e indígenas no ensino superior brasileiro. Ao analisar as teses defendidas nesse período, foi possível identificar um crescimento substancial na produção acadêmica sobre o tema das ações afirmativas, especialmente na região Sudeste do Brasil. Com o objetivo de promover a equidade no acesso e permanência no ensino superior, além das cotas, outras ações afirmativas incluem programas de assistência estudantil como: bolsas de estudo, auxílio alimentação, moradia e transporte, que visam apoiar financeiramente os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Também são implementadas políticas de combate ao racismo e à discriminação no ambiente universitário.

Por fim, as autoras concluíram que há uma necessidade de avaliar continuamente a eficácia das cotas, acompanhando as taxas de conclusão de curso e evasão dos alunos cotistas, bem como promover debates aprofundados sobre as ações afirmativas. O texto apontou que as lacunas encontradas nas pesquisas podem ser exploradas por outros/as pesquisadores/as com a finalidade de prover um debate mais amplificado acerca da Educação das Relações Étnico-Raciais.

**5 Pistas para a continuidade: para não concluir**

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

Diante da análise das ações implementadas nas universidades federais voltadas para a educação das relações étnico-raciais, é possível afirmar que grande parte das ações afirmativas se concentra nas políticas de cotas, em conformidade com a Lei 12.711/2012.

Sabemos que há avanços significativos, porém ainda existem desafios a serem superados. A promoção da equidade racial requer o contínuo engajamento e aprimoramento das políticas e práticas institucionais, visando garantir um ambiente acadêmico mais inclusivo e diverso. Este estudo contribui para o debate e a reflexão sobre a importância da Educação das Relações Étnico-Raciais no contexto universitário brasileiro.

O termo “para não concluir” indica que apesar da Lei 10.639/2003 estar em vigor, ainda carece de um empenho muito grande para cumprir o que está previsto nela tanto no que diz respeito ao cumprimento da legislação, quanto ao que diz respeito a produção acadêmica nos espaços universitários do país.

## Referências

ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcante de; EDINEIDE, Jezine Mesquita de Araújo. Revisão de literatura sobre ações afirmativas em teses na área da educação (2014-2020). **Teoria e Prática da Educação**, v. 25, n. 3, p. 57-78, 21 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/64390> Acesso em: 12 fev. 2024

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. 1a. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ATHIAS, Leonardo. Identificação étnico-racial no Brasil: entre classificação e identificação. In: SIMÕES, André; ATHIAS, Leonardo; BOTELHO, Luanda (Org). **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 168-215. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/20438-panorama-nacional-e-internacional-da-producao-dos-indicadores-sociais.html?edicao=20935&t=publicacoes>. Acesso em: 05 fev. 2024.

ARAÚJO, Débora Cristina de. Em busca de uma iniciativa histórica africana: possibilidades e limites das práticas pedagógicas na educação básica. **Revista Brasileira de Estudos**

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

**Pedagógicos**. Brasília, 99, p. 429-448, mai./ago/2018. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3310/3045>. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 8, Seção 1, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004a. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário da Oficial da União**, Brasília, DF, 19 mai. 2004a.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004b. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2004b, p. 11.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo. **Revista do Departamento de História da UFF**, v. 12, p. 113-136, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 05 fev. 2024.

SILVA, Jorge Fernandes da; LIMA, Elizabeth Miranda de . Escolarização de negras e negros na amazônia acreana: uma revisão bibliográfica. In: GEVEHR, Daniel Luciano. (Org.). **Raça, etnia e gênero: questões do tempo presente**. 1ed. Guarujá - São Paulo: Científica digital, 2022, v. 1, p. 158-173.

FERREIRA, Elenice Silva. História da educação, relações étnico-raciais e formação continuada de professores: desafios e possibilidades. **Acta Historia Educere**, v. 1, p. 50-71, 2017. Disponível em: <https://portalee.com.br/index.php/ahe/article/view/20> Acesso em: 12 fev. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 3a. reimp. Petrópolis: Vozes, 2017.

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNADINO-COSTA, Joaze.; MALDONADOTORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 223-246.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 135-158, set-dez/2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 48, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>. Acesso em: 12 fev.2024.

MEDEIROS, Bianca Casseb. **A permanência na universidade de estudantes oriundos das ações afirmativas: uma revisão de escopo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13798>. Acesso em: 12 de fev. 2024

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje**. 2a. ed. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4a. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Lorena Machado do; MOROSINI, Marília Costa; NEZ, Egeslaine. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Humanidades & Inovação**, v.8, p. 69-81, 2021

RIBEIRO, Matilde. Políticas de Igualdade Racial e Educação Superior: perspectivas e desafios. **Novos Olhares Sociais**, v. 1, n. 1, p. 111-130, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/novos-olhares-sociais/article/view/4458> Acesso em: 12 de fev. 2024.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Educação Antirracista no Brasil: 1988-2006. In: JODAS, Juliana; VIERA, Paulo Alberto dos Santos; MEDEIROS, Priscila Martins (Orgs.). **Uma**

**Educação das Relações Étnico-Raciais: um breve levantamento sobre sua implementação no ensino superior brasileiro**

Gleyston Marsartier Santana Matildes  
Débora Cristina de Araujo  
Eduardo da Silva Araujo

**década da Lei 10.639/03:** Perspectivas e desafios de uma Educação para as Relações Étnico-raciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 31-42.

SILVA, Maria de Lourdes. Educação, Cultura e Diversidade Étnico-racial: Possibilidades de Implementação da Lei 10.639/2003. In: JODAS, Juliana; VIERA, Paulo Alberto dos Santos; MEDEIROS, Priscila Martins (Orgs.). **Uma década da Lei 10.639/03:** perspectivas e desafios de uma Educação para as Relações Étnico-raciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 15-30.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BORBA, Carolina dos Anjos de. Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional. **Educar em revista**, v. 34, p. 151-191, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/LtqZXrjkxqzcD44zzJJ9kmS/#> Acesso em: 16 de fev. 2024